



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 1.910, DE 2015

Dispõe sobre o pagamento de compensação financeira aos Estados, aos Municípios, ao Distrito Federal e a órgãos da administração direta da União pelo uso de potenciais eólicos para geração de energia elétrica, e dá outras providências.

Autor: Deputado HERÁCLITO FORTES

Relator: Deputado JOÃO FERNANDO COUTINHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.910, de 2015, tem como objetivo estabelecer compensação financeira aos estados, municípios, Distrito Federal e a órgãos da administração direta da União pelo uso de potenciais eólicos para fins de geração de energia elétrica, correspondente a dez por cento do valor da energia produzida.

O Autor ressalta a importância da exploração de recursos naturais para o desenvolvimento nacional, mas destaca que os lucros obtidos pela atividade não devem ficar restritos a poucos agentes, por se tratar de bens comuns.

Argumenta ainda o autor que os recursos obtidos com a exploração de potenciais eólicos devem ser distribuídos entre órgãos da União, estados e municípios onde se produza a energia elétrica, visando fomentar programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de incentivo à produção de energia a partir de fontes renováveis.

A proposição em tela, apresentada pelo nobre Deputado Heráclito Fortes, em 12 de junho de 2015, foi distribuída às Comissões de Minas e Energia – CME; de Finanças e Tributação – CFT; e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e terminativa pela CFT e CCJC, nos termos, respectivamente, dos arts. 24, II, e 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Em 24 de junho de 2015, fui designado relator da matéria na CME.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Decorrido o prazo regimental, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei em tela.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Brasil é um país de enorme potencial de fontes renováveis, mas somente nos últimos anos vem conseguindo de fato diversificar sua matriz, até então praticamente restrita à fonte hidráulica.

A fonte que mais cresceu em participação na matriz de geração no país é a eólica, atingindo cerca de 7GW de capacidade instalada em 270 usinas¹.

Entretanto, diferentemente da fonte hidráulica, a utilização dos potenciais eólicos para geração de energia elétrica não gera nenhuma compensação financeira para a União, estados e municípios produtores.

Assim como ocorre nas usinas hidrelétricas, a utilização de potenciais eólicos para geração de energia elétrica também gera diversos impactos para os locais onde são instaladas as usinas, como ocupação do solo, aumento de ruídos e impactos visuais que afetam a paisagem das regiões.

Considerando que, de acordo com o planejamento setorial, a fonte eólica ganhará cada vez mais relevância na matriz energética, a proposta do nobre Deputado, de estabelecimento de compensação financeira pela utilização dos potenciais eólicos, vem em excelente momento, podendo contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e em especial das regiões onde são instaladas as usinas.

Por oportuno, é importante destacar que o potencial de energia solar também vem sendo cada vez mais explorado no país para fins de geração de energia elétrica. Considerando que a sua exploração também gera impactos às regiões produtoras, propomos emenda incluindo a compensação financeira pela exploração de potencial solar para fins de geração de energia elétrica.

¹ Fonte: ABEEólica



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Em face do exposto, este relator manifesta-se pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.910, de 2015, com a emenda anexa, e solicita de seus nobres pares desta Comissão que o sigam em seu voto.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado JOÃO FERNANDO COUTINHO – PSB - PE

Relator



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

PROJETO DE LEI Nº 1.910, DE 2015

Dispõe sobre o pagamento de compensação financeira aos Estados, aos Municípios, ao Distrito Federal e a órgãos da administração direta da União pelo uso de potenciais eólicos para geração de energia elétrica, e dá outras providências.

EMENDA DE RELATOR

O art. 1º do Projeto de Lei nº 1.910, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-A:

“Art. 1º-A. Também é devida aos Estados, aos Municípios, ao Distrito Federal e a órgãos da administração direta da União compensação financeira pelo uso de potenciais eólicos e solares para geração de energia elétrica, e corresponderá a dez por cento do valor da energia elétrica produzida.” (NR).

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado JOÃO FERNANDO COUTINHO – PSB - PE

Relator